

Percepções dos Agricultores Familiares Sobre o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Perceptions of Family Farmers About the Food Acquisition Program - PAA

Luciana Belinski¹

Suzelaine Taize Stadler²

Maricléia Aparecida Leite Novak³

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi de conhecer o processo de construção do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), assim como os seus aspectos históricos de formação enquanto política pública voltada para os agricultores familiares. Buscou-se apontar os atores e as disputas inseridas neste processo, bem como o posicionamento do poder público municipal da cidade de Guarapuava, localizado no interior do estado do Paraná, em relação à atuação do Programa de Aquisição de Alimentos. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa que descreve as concepções dos agricultores familiares em relação ao PAA. Tal estudo foi realizado em comunidade de agricultores familiares da cidade de Guarapuava, mais especificamente no Assentamento do Guará. Os agricultores familiares possuem o direito de produzir e ter canais para escoar a produção, porém há vários fatores que influenciam na produção e no acesso aos recursos, como pudemos perceber nos resultados, onde as entrevistas revelaram a importância econômica agregada à pequena propriedade rural, porém, percebem-se certas críticas apresentadas pelos produtores em relação aos valores estabelecidos no Projeto do PAA. Desta forma o Programa de Aquisição de Alimentos, enquanto Política Pública instituída no Brasil em 2003, a partir da proposta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), no contexto do Programa Fome Zero, no início do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, visa oferecer aos produtores uma articulação entre ações de produção e possibilidade de consumo, garantido assim a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) da população. Entretanto, apesar da importância do Programa de Aquisição de Alimentos, vários elementos apresentados pelos produtores rurais durante a pesquisa, necessitam de implementação para a efetivação desta política, tais como o maior incentivo a produção com apoio técnico, desburocratização do PAA, outros mercados consumidores para escoamento da produção excedente, manutenção e conservação das estradas, alto custo para a certificação de produtor agroecológico e questões relacionadas ao pagamento pela produção entregue, a qual, devido à burocracia na prestação de contas ocasionava atrasos.

Palavras-chave: Programa de Aquisição de Alimentos; Segurança Alimentar e Nutricional; Agricultura Familiar.

ABSTRACT

The objective of this study was to know the process of building the Food Acquisition Program (PAA) and its historical aspects of education as a public policy focused on family farmers. He attempted to point out the actors and disputes inserted in this process, as well as the position of the municipal government of the city of Guarapuava, located within the state of Paraná, in

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Centro Oeste; mestranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário na UNICENTRO. E-mail: belluc@hotmail.com.

² Graduada em Fonoaudiologia pela Universidade Estadual do Centro Oeste; mestranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário na UNICENTRO. E-mail: fonoaudiologasuzelaine@hotmail.com.

³ Graduada em Ciências Contábeis, pela Universidade Estadual do Centro Oeste; mestranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário na UNICENTRO. E-mail: maricleia@hotmail.com.

Texto recepcionado em regime de fast-track do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS), ocorrido entre 19 e 21 de maio de 2016, na cidade de Porto Alegre/RS, Brasil. O evento foi organizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em parceria com a Rede de Pesquisadores em Gestão Social (RGS).

relation to the activities of the Food Acquisition Program. This is a qualitative research that describes the concepts of family farmers in relation to the PAA. This study was conducted in the community of family farmers in the city of Guarapuava, more specifically in the settlement of Guara. Family farmers have the right to produce and have channels to drain the production, but there are several factors that influence the production and access to resources, as we see the results, where the interviews revealed the economic importance aggregate the small rural property, but perceive is certain criticism made by producers in the values set out in the PAA Project. Thus the Food Acquisition Program, while Public Policy instituted in Brazil in 2003, from the proposal of the National Council of Food and Nutrition Security (CONSEA), in the context of the Zero Hunger Program, the beginning of the government of President Luiz Inacio Lula da Silva, aims to offer producers a joint production between actions and the possibility of consumption, thus guaranteed the Food and Nutrition Security (SAN) of the population. However, despite the importance of the Food Acquisition Program, several factors presented by farmers during the research, require implementation for the realization of this policy, such as greater incentive to production with technical support, PAA bureaucracy, other consumer markets for disposal of surplus production, maintenance and repair of roads, high cost for agroecological producer certification and issues related to payment for delivered production, which, due to bureaucratic accountability occasioned delays.

Keywords: Food Acquisition Program; Food Security and Nutrition; Family Agriculture.

1. Introdução

A agricultura familiar, apesar de seu termo ser de uso recente, não é propriamente um termo novo, o mesmo vem sendo usado com ampla frequência nos meios acadêmicos, nos movimentos sociais e políticos, adquirindo novas significações, especialmente quando relacionadas à segurança alimentar e nutricional, pois tem despertado inúmeras discussões e grande interesse por parte da população brasileira. (MONTEIRO, 2010)

Foi através da Constituição Federal de 1988, que se introduziu algumas mudanças nas políticas sociais brasileira. Entre essas mudanças destacam-se as discussões sobre a Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Dessa forma, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) constitui-se uma das ações abrangidas pelo Programa Fome Zero, instituído pela Lei nº 10.696 de 2 de Julho de 2003, regulamentado pelo Decreto nº 4.772 de 02 de Julho de 2003 e posteriormente alterado pelo Decreto nº 5.783, de 15 de agosto de 2006. O objetivo principal do PAA é "(...) garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessária às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar" (BRASIL, CONSEA2006).

O PAA também visa garantir a comercialização dos produtos da agricultura familiar através do estabelecimento de preços mínimos a serem praticados com a garantia de compra, ao mesmo tempo em que articula esta produção com os mercados institucionais ou para formação de estoques. Através da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) os produtos são comprados da agricultura familiar, os quais organizados em grupos e correspondendo aos critérios estabelecidos para participarem do programa. Estes alimentos são entregues as instituições cadastradas, que podem ser: escolas, creches, associações, hospitais e também às populações em situação de vulnerabilidade alimentar, como os acampados, quilombolas, indígenas, e outros povos tradicionais. (BRASIL, CONSEA 2006).

Assim, este trabalho teve como objetivo conhecer e descrever as concepções dos agricultores familiares sobre o PAA. E quais as possibilidades, as forças e as dificuldades enfrentadas pelos agricultores para que o PAA, enquanto política pública desenvolvida no Assentado do Guará. Deste objetivo central, despreendem-se dois objetivos específicos. O primeiro é conhecer quais os impactos causados pelo PAA à agricultura familiar dos produtores rurais do Assentamento do Guará e quais os fatores que influenciam na produção no acesso aos recursos; o segundo foi apontar quais os desafios enfrentados nesse processo e qual é a relação com Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos produtores da agricultura familiar.

O estudo constituiu-se em pesquisa de natureza qualitativa tendo em vista o objeto de estudo, pois nessa categoria de pesquisa, segundo Minayo (2007, p. 21-22):

[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas Ciências Sociais, com um nível da realidade que não pode ser quantificado. [...], ela trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos, que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis.

A pesquisa empírica foi realizada com agricultores representantes de famílias participantes do programa, cujo critério de seleção foi a participação na execução do Projeto desde o ano de 2009 e que atualmente não realizam mais entregas ao Programa de Aquisição de Alimentos, devido uma desmobilização do PAA, ocorrida no final de 2013 e que até hoje é sentida pelos agricultores desta comunidade. Dessa forma, o total de sujeitos da pesquisa foram quatro agricultores familiares integrantes da Comunidade do Assentamento do Guará.

A coleta de dados foi através de entrevista semiestruturada gravada, transcritas na sua íntegra, "Podemos

entender por entrevista semi-estruturada, aquela que parte de certos questionários básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida oferecem amplo campo que se recebem as respostas do informante” (TRIVIÑOS, 1987, p. 146.)

Pois tal modalidade de entrevista, segundo Trivinos, 1987 afirma que, (...) ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessária enriquecendo a investigação (p. 146).

Análise dos dados foi por categorias, pois, Segundo Minayo (2007), trabalhar com categorias significa agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso, podendo ser usado em qualquer tipo de pesquisa qualitativa. Após estes apontamentos metodológicos, segue a reflexão proposta neste trabalho conforme objetivos acima elencados.

2. Breve resgate da implantação da política de segurança alimentar e nutricional

A dimensão da fome e da desnutrição sempre estiveram presentes na realidade brasileira e mundial. Dessa maneira, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), especialmente a partir da década de 90, passou a ser inserida no campo de discussão de acesso ao direito.

No Brasil, Josué de Castro, um dos maiores estudiosos do problema da fome no mundo, na concepção de Valente (2002), foi o primeiro a fomentar a discussão sobre a SAN, especialmente com a publicação do livro intitulado a “Geografia da Fome”, em 1946. Ele aponta em sua obra que a problemática da fome esta diretamente vinculada à questão de concentração de terras, ou seja, à desigualdade social brasileira.

O Estado brasileiro, com a redemocratização, passou por uma série de eventos que debateram questões relacionadas ao Direito Humano a Alimentação. O primeiro evento que vem discutir a cerca da segurança alimentar e nutricional, foi o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais em 1966, no qual é reconhecido o direito fundamental de toda pessoa de estar protegida contra a fome. Onde devem ser adotadas mediante cooperação internacional, as medidas, inclusive programas concretos, que se façam necessários. (MONTEIRO, 2010)

Esse compromisso foi renovado permanentemente, preocupado com a questão da fome e da segurança alimentar, sendo que em 1992, este pacto foi ratificado pelo Brasil, demonstrando, assim, que este assunto foi inserido na agenda pública do Estado, ampliando o debate na sociedade civil.

Com o processo de redemocratização do país iniciado em meados da década de 70, culminando com a Constituição Federal de 1988, a discussão sobre o combate a fome e a desnutrição, ganharam espaço juntamente com a ampliação dos direitos sociais legitimando-se com a participação popular nos debates e nas decisões políticas.

Neste período, iniciou-se a construção participativa e compartilhada de organizações sociais, afim de buscar soluções mais adequadas para a melhoria da qualidade de vida das populações mais pobres. Um exemplo é o [Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional](#) (CONSEA) criado por decreto 807 de 24/04/1993 era o órgão máximo de coordenação na estrutura organizacional, integrado por nove ministros e 21 representantes da sociedade civil.

Por iniciativa do CONSEA, em 1994, realizou-se em Brasília a primeira Conferência de Segurança Alimentar, a qual atribui à SAN a capacidade de integrar ações setoriais e ser um novo modelo de desenvolvimento nacional. Apesar de muitos avanços propiciados pelo CONSEA, não conseguiu romper com a fragmentação e com a contradição das políticas governamentais. E em 1995 o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, foi extinto, porém, foi constituída a Comunidade Solidaria, a qual introduziu, junto ao governo federal, conceitos como parceria, solidariedade e descentralização (PORTO, 2010).

Somente em 2003, no governo Lula, o CONSEA foi reinstituído como órgão de maior visibilidade a conflitos diferenciados no que se refere à segurança alimentar e nutricional. Com o Programa Fome Zero, introduziu de maneira mais incisiva o debate público sobre a fome com a intenção de implementação de políticas públicas neste campo.

Rocha (2004), aponta que a problemática da fome no país até então não era destacada. E o Fome Zero, tornou-se carro chefe da SAN no Brasil, de acordo com o autor:

Buscou-se um combate literal a fome cerceando a liberdade do pobre de escolher o que podia ou não consumir, A tentativa era aumentar a produção agrícola e a capacidade de geração de renda local, O Fome Zero incorreu no pecado original: reinventar a roda. A ânsia de mudar desprezou avanços na estrutura de combate a pobreza feita nos últimos anos (ROCHA, 2004. p.32).

A partir do Programa Fome Zero são nítidas as ações voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar, porém Rocha (2004) ressalta que o Fome Zero não atingiu o cerne da problemática, não enfrentando o cenário de desigualdade social principalmente no que se refere ao acesso a terra. Mas ainda assim, sem dúvida, este Programa contribuiu para a intensificação da discussão da SAN no país.

Destas discussões e mobilizações, em 2004, ocorre a Segunda Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional realizada em Olinda, na qual foi aprovado o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

O conceito definitivo de SAN no Brasil, por sua vez, foi criado através da Lei nº 11.346/06, Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), a qual orienta e estabelece as diretrizes da Política Nacional de SAN.

A LOSAN dispõe sobre as condições para respeitar, proteger, promover, prover e monitorar a realização do direito humano à alimentação adequada por meio do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2006). Esta lei traz conotação ampla do conceito de segurança alimentar e apresenta as seguintes diretrizes:

(...) incentivo a produção de alimentos e a comercialização destes em base socialmente equitativas, ambientalmente e culturalmente sustentáveis; (2) busca a transversalidade, com ações intersetoriais e com a participação efetiva e paritária da sociedade civil; (3) reconhecer e respeitar a diversidade de culturas alimentares; (4) reconhecimento da água como patrimônio da humanidade e alimento essencial; (5) assegurar o acesso permanente aos alimentos em quantidade e qualidade suficientes para se levar uma vida saudável, buscando a garantia do DHAA, através de ações e estratégias de Soberania Alimentar (BRASIL, CONSEA 2006).

Como a fome é representação de uma situação clara para o cidadão, e como a Política de Segurança Alimentar e nutricional visa garantir o exercício do direito humano a alimentação, foi através de mobilização popular, somente em 2010, que foi promulgada a Emenda Constitucional nº 64, incluindo como direito social, o direito a alimentação.

Segundo Porto (2010), alguns programas foram articulados pelo CONSEA na construção de políticas voltadas para a segurança alimentar e nutricional, e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi reconhecido como um programa inovador, por constituir-se em instrumento de política agrícola e de

acesso a alimentação adequada e saudável. O PAA foi criado por lei nº 10.696, sendo que em seu artigo 19, apresenta a seguinte finalidade: "(...) incentivar a agricultura familiar com ações vinculadas á aquisição de produtos agropecuários para a formação de estoques públicos e/ou sua distribuição para pessoas em situação de insegurança alimentar" (BRASIL, 2003, Art. 19). Ainda, Porto (2010) afirma que o PAA não está apenas focado na comercialização da produção da agricultura familiar, mas preocupado com as famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, Desta maneira integra a política agrícola e política de assistência alimentar, viabilizando o fortalecimento da agricultura familiar, sejam eles assentados de reforma agrária, povos e comunidades tradicionais.

Atualmente o PAA conta com três fontes de recursos: do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA)do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE/Ministério da Educação)(MDS,2009). Os recursos são repassados para a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a qual transfere para as regionais estaduais que coordenam as ações em nível de Estado. O MDS repassa outra parte diretamente para o Estado e município. As escolas estaduais e municipais recebem produtos na modalidade de Aquisição de Alimentos para Atendimento de Alimentação Escolar.

O PAA, opera por meio de cinco instrumentos: Compra Direta Local e PAA - Leite, operacionalizados pelas prefeituras municipais e governos estaduais a partir de convênios com o MDS. Já o Compra Direta, CPR-Estoque e CPR-Doação estes são operacionalizados diretamente pela Conab e os repasses efetuados pelo MDS e MDA. Os alimentos adquiridos por meio do CPR-Doação são destinados integralmente para famílias em insegurança alimentar. Os adquiridos por meio do Compra Direta e da CRP-Estoque, compõem estoque público para doação posterior. O PAA direciona as compras institucionais de alimentosrealizadas com recursos públicos, dos produtos advindo da agricultura familiar. A seguir segue quadro apresentando as cinco modalidades do PAA:

SIGLA	TITULO	EMENTA
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar	Possibilita aos agricultores a venda de alimentos para o Estado, a preços de referência (situados em uma faixa intermediária entre o preço mínimo e o preço de mercado), calculados através de uma metodologia desenvolvida pela CONAB. Estas aquisições fazem parte de uma estratégia tanto de apoio à agricultura familiar como de constituição de uma reserva estratégica de alimentos. Mecanismo operacionalizado pela Conab.
CDLAF	Compra Direta Local da Agricultura Familiar	Visa promover a articulação entre a produção familiar e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional dos programas sociais, viabilizando a aquisição de produtos comercializados por associações, cooperativas e grupos informais de agricultores, a serem distribuídos em creches, hospitais, restaurantes populares, entidades beneficentes e assistenciais. Mecanismo operacionalizado pelo MDS através de convênios com Governos Estaduais ou com o poder público municipal.
CAEAF	Compra Especial com Doação Simultânea	Destina-se à aquisição de produtos de origem agrícola, pecuária e extrativa, oriundos da agricultura familiar, visando a formação de estoques ou a doação simultânea a populações em situação de risco alimentar atendidas por programas sociais de caráter governamental ou não-governamental. Os beneficiários produtores deverão estar organizados em grupos formais e estar enquadrados segundo os critérios estabelecidos pelo programa. Nos casos de doação simultânea, a entrega dos produtos deverá obedecer a um cronograma

		de entregas apresentado na Proposta de Participação. O controle social destas doações deverá se dar através do envolvimento do Conselho de Segurança Alimentar (municipal ou estadual) ou organismo similar. Mecanismo operacionalizado pela Conab.
CPR Estoque	Formação de Estoques pela Agricultura Familiar	Visa adquirir produtos da safra vigente, próprios para o consumo humano, oriundos dos agricultores familiares organizados em grupos formais para formação de estoque em suas próprias organizações. É operacionalizado pela Conab.
IPCL	Incentivo a Produção e consume de leite	Busca assegurar o consumo de leite a gestantes, crianças, nutrizes e idosos através da aquisição da produção leiteira de agricultores familiares com produção média diária de até 50 litros de leite, podendo chegar até 100 litros, caso isso atenda às necessidades do programa Mecanismo operacionalizado pelo MDS através de convênios com os Governos Estaduais.

Quadro 1: programa de aquisição de alimentos – mecanismos de aquisição

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS, 2009).

Estas modalidades apresentadas, ressaltam a amplitude da Política, pois contemplam o fortalecimento da agricultura familiar, bem como, busca beneficiar as famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, exercendo um importante papel, fundamental, no combate às causas básicas da fome, e da desnutrição. (MONTEIRO, 2010).

3. Concepções dos agricultores familiares

Os assentamentos do Guará compreendem comunidades distintas: José Dias, Rosa, Europa, Monte Alvão, Rio das Pedras, Bananas e XIII de Novembro. As entrevistas foram realizadas com produtores que residem no assentamento José Dias. A comunidade do Assentamento José Dias localiza-se em dois municípios, Guarapuava a 55km e Inácio Martins a 22km. Politicamente as famílias se definiram como pertencentes ao município de Inácio Martins, pois é onde votam, recebem atendimento médico, comercializam seus produtos e fazem compras.

3.1 Tomada de consciência do PAA

O Entrevistado I pertence a Associação Roseli Nunes, que através da agro industrialização de pães, bolachas e macarrão, tem metas em todos os projetos do PAA e vêm obtendo bons resultados na produção. Os agricultores rurais entrevistados, acompanhando o desenvolvimento do PAA na região, tem presente a sua trajetória histórica, como demonstrado em sua compreensão:

“Eu comecei através de reunião, de projetos, o Jeferson da Associação, fizeram reunião, trouxeram propostas, daí nos se organizamos, levamos em frente e estamos até hoje trabalhando, e esperamos que continuemos trabalhando. Estamos entregando para o PNAE hoje” (ENTREVISTADO 1).

“Foi nós, que ano não me lembro, que daí o Jeferson e a Valeria fizeram o projeto, mas nós não tinha segurança nenhuma que o projeto ia dar certo, não tinha carro, não tinha nada, nós éramos em 17 produtor na época, daí foi feito o projeto e ele mandou, primeiro que aprovou, mas foi nos que começamos, daí negociamos com a prefeitura, achamos que ia ser somente naquele mandato, mas depois entendemos que o PAA não é do prefeito.” (ENTREVISTADO 2).

“Foi começado com dezessete produtores, não eram muitas famílias depois foi aumentando. O pessoal foi vendo que dava certo, as reuniões com o pessoal da Associação, foi fazendo com que as famílias entendessem o que era o tal do PAA e daí começaram a perder o medo e acreditar” (ENTREVISTADO3).

“Começamos o projeto em 2009, e quem vinha buscar os produtos era uma Kombi da prefeitura, daí depois a prefeitura falou que não vinha mais buscar, com isso a associação comprou um carro que fazia o transporte” (ENTREVISTADO 4).

A partir destes elementos é possível perceber que a trajetória do PAA em seu início foi permeada de dificuldades. Primeiramente, a articulação com os 105 produtores pertencentes aos assentamentos do Guará, apenas 10 inicialmente aderiram ao projeto. Foram muitos encontros de articulação com os produtores para esclarecer os objetivos do PAA e como ocorreria a sua operacionalização. Inicialmente contaram com o apoio do poder público municipal, entretanto, este ocorreu por um período limitado.

É visível a falta de investimento e incentivo do poder público em oferecer as condições necessárias para a produção e o escoamento dos produtos. Mas, destaca-se a persistência da agricultura familiar para que se efetivem as políticas públicas que são favoráveis à melhoria das condições de vida dos agricultores, e a produção aliada à informação vêm fomentar a ainda mais a capacidade de resistência dos produtores.

3.2 Capacidade de venda e produção

As entrevistas revelam a importância econômica agregada à pequena propriedade rural, porém, percebem-se certas críticas apresentadas pelos produtores em relação aos valores estabelecidos no Projeto do PAA, o qual contempla o valor de R\$ 8.000 para cada Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), problemas em questão a certificação de produtos orgânicos e atraso de pagamentos. Vejamos o que retratam os depoimentos:

“Melhorou bastante, primeiro a gente não tinha esse trabalho tinha que sair para fora achar trabalho, o marido da gente tinha que sair, as vezes ficava quarenta dias fora e agora esse trabalho é muito bom, não precisa mais ficar se batendo, a gente tem o serviço da gente e ele produz as verduras e ajuda a gente e melhorou muito na casa, estamos mais tranquilo. Com certeza né, achei muito bom, muitas coisas a gente não poderia comprar, hoje a gente já pode, já passa mais folgado, a nossa vida era mais sofrida quando a gente não tinha o projeto para a gente trabalhar, acho que tá muito mais fácil do que a gente pensava” (ENTREVISTADO 1).

“O projeto está ajudando muita gente para quem quer trabalhar, tem gente que não gosta de puxar bosta de vaca para colocar na horta, que é insumo necessário, tenho toda a documentação da produção orgânica, selo, tudo, só que eu nunca ganhei o valor do certificado, não valeu nada para mim aquilo, (...), só vale a minha coragem, porque eu quero produzir deste tipo. Fiz tudo o que manda a lei do orgânico, tudo em cima do super magno, da urina de vaca, o composto, a minhoca (...) quantos anos desde o começo que começamos esse projeto, é sempre neste caminho. No início do projeto, no fim do ano foi feito cesta e levado de brinde para o prefeito para mostrar, levaram da nossa verdura lá, de cenoura para cima, não tem o que dizer. Mas eu não posso falar porque ajudou, que nós fizemos o nosso projeto três anos a fio; o nosso projeto e mais o projeto dos outros que não venciam, nos que pegamos e vendia no nome do outro, daí ele recebia e passava pra nós. Ajuda só que é pouco, tinha que se o dobro, no meu caso, é quatro mil e meio, eu posso produzir mais, o dono da casa gosta de trabalhar. É uma coisa, não sei teve uns mês que atrasou um pouco o pagamento, mas recebemos, mas aí é outro assunto, muita gente não consegue entregar aí não termina o projeto, daí atrasa o pagamento” (ENTREVISTADO 2).

Ajuda “mudou bastante a parte financeira, eu lidava com carvãozinho, até parei de lidar com o carvão, depois que comecei, entrei neste projeto da venda de produtos, não estou mais queimando carvão, já estamos vivendo com esse ganho da verdura, mudou bastante, o meu ganha pão agora é este, e também temos o dinherinho do leite”(ENTREVISTADO 3).

“O benefício que o PAA trouxe foi que temos a garantia do comércio, nós sempre produzimos, toda a vida produzimos e não tinha comércio, esse projeto trouxe a garantia disso, a gente planta e sabe que tem para onde mandar. É uma renda que entra, não é uma renda, como posso dizer que a gente dependa só daquilo, pois o valor é pouco e a gente tem outras rendas também, daí essa renda que entra das verduras do PAA, a gente investe em outras coisas na propriedade. Pois tem algumas coisas que precisa melhorar, o pagamento atrasa, quando emitem nota errada as vezes a CONAB libera e daí o banco não libera, sempre dá problema sobre isso, e se nós só dependesse do recebimento deste dinheiro para fazer rancho, pagar luz ou pagar prestação de alguma coisa que a gente compra nos tava na pior, porque o pagamento sempre atrasa” (ENTREVISTADO 4).

De acordo com os depoimentos coletados, o PAA, tem oportunizado alternativas de agregação de valor à produção e geração de renda, como apresentado na fala do Entrevistado 1 e também porque, segundo Gorgen (2004), a produção é um dos segredos de resistência das famílias no campo, pois assim, apesar das famílias terem necessidade do dinheiro para garantir sua existência, depende fundamentalmente de terra e trabalho.

O entrevistado 3 relatou que trabalhava com o carvão o qual exigia muita força física, pois serrar com motosserra, puxar lenha com carroça de bois e as demais atividades na produção do carvão são atividades degradantes e difíceis, além de fazer muito mal a saúde das pessoas e de degradar o meio ambiente, pois gera muita fumaça e destrói as matas. Desta forma o PAA vem permitir que a produção possibilite o acesso a recursos financeiros suficientes para a sobrevivência da família com dignidade.

Os principais atrativos do PAA para os agricultores são os preços estipulados para a época de entrega dos produtos e a garantia de que ao entregarem a produção irão receber os recursos, mesmo que com atraso. Portanto, esses dois elementos são absolutamente suficientes para estimular os agricultores, dado que para aquelas condições em que eles produzem, ou seja, com baixo nível tecnológico e sem a devida organização para a comercialização, tal garantia é de suma importância para a continuidade das unidades familiares.

Porém apesar destes avanços apresentados pelo PAA, há muitos aspectos a serem potencializados ou repensados. O valor de cada DAP é de R\$ 8.000,00. Desta maneira muitos produtores possuem capacidade de maior produção e acabam não tendo outro mercado consumidor para escoar a produção. Desta forma o PAA como expressão de política pública agrícola de comercialização necessita repensar os valores destinados a produção e abrir novas portas de comercialização dos produtos, incluindo um fator primordial neste processo, a logística.

Outro elemento destacado nos depoimentos dos entrevistados 2 e 4 é a execução dos projetos de outros agricultores. Por diversos fatores, muitos produtores não conseguem atingir a sua cota de produção e acabam por direcionar aos produtores vizinhos para que produzam e entreguem a sua cota em seu nome. Esta prática não é aceita pela CONAB, e isto revela a falta de assistência técnica capaz de orientar e suprir as dificuldades de produção dos pequenos agricultores familiares.

É uma demonstração antagônica, falta o incentivo à produção rural familiar, porém, o investimento na expansão da monocultura de exportação recebe implementação, por terem maior poder econômico e mais

representatividade na formulação das políticas e acesso aos recursos. Diante deste cenário, deve-se investir em ações que fomentem a agricultura familiar e propicie a efetivação dos objetivos principais do PAA, que é “(...) garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessária às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar”(BRASIL, CONSEA, 2006). Ainda, é ressaltado o atraso dos pagamentos.

3.3 Desafios da produção orgânica e custos de produção

O entrevistado 4 menciona que o PAA não é sua única fonte de renda, mas se dependesse exclusivamente deste valor não sustentaria sua propriedade e que direciona este valor para outros investimentos. Isto revela a deficiência na prestação de contas tanto pela ASIMP como pela CONAB, ocasionada por vários fatores, como a falta de mais técnicos para a realização exclusiva desta atividade. Este fator vem prejudicar o produtor, o qual necessita da remuneração para investimentos, custeio da lavoura e mesmo para despesas básicas de sua família.

Na fala dos entrevistados 4 e 5 foi apontado um elemento de dificuldades em relação a execução do PAA, trazendo a tona a questão do apoio que é dado por parte do poder público aos pequenos produtores, especialmente os agroecológicos.

“O valor do projeto é pouco, só quatro mil e meio e se nos for depender desse valor é pouco, veja o PNAI é vinte mil, mas ai tem que **se adequar a produção do orgânico e no nos não usamos agrotóxico, veneno na produção, pois faz mal para nos e para quem vai consumir, usamos adubo orgânico da vaca, do porco, mas eu uso adubo e outros produtos na plantação, dou ração para as vacas.** E para eu usar as bostas das vacas tem que passar por um processo demorado para utilizar na produção orgânica e como a gente sabe que o pagamento sempre atrasa ficamos com medo de investir nosso tempo e trabalho” (ENTREVISTADO 4 grifo nosso).

Embora os pequenos produtores tenham alcançado importantes conquistas é urgente e emergente a ampliação de investimentos destinados a agricultura familiar ecológica. O relato do entrevistado 3 vem afirmar esta questão:

“Quem começou a fazer a nossa certificação foi a Carla da Unicentro, dai ela começou a encaminhar, dia o pessoal das águas veio olhar a propriedade. A certificadora Tecpar fez a nossa certificação, mas valia só para um ano, e foi entregue com seis meses de atraso, daí ganhamos o selo e tudo. Só que quando nós ia colocar no projeto, já tinha vencido, tinha que renovar, pois não tinha como incluir no projeto que já estava sendo executado. Como nós fizemos pela universidade a certificadora se prontificou, que a hora que nos quisesse renovar, que eles iam atender, daí quando venceu, nós procuramos a certificadora e ele pediu um valor muito alto, **dois mil e quinhentos reais, só para renovar, tudo mais nos tinha que pagar,** ai eu fiquei indignada, porque eles vieram, eles viram a nossa dificuldade, não temos grande produção, a produção é de agricultor pequeno, é longe da cidade não tem como nós levar para os mercados, ou outro lugar para vender, fiquei indignada com a certificadora, pelo preço que eles pediram, o projeto é quatro mil e meio, nós ia para dois mil e meio para a certificadora, ai nos ia trabalhar para pagar a certificadora” (Grifo nosso).

A agroecologia se opõe ao modelo agrícola que utiliza veneno contaminando o ar, solo, água e apresenta uma alternativa viável de produção. Porém, o entrevistado demonstra claramente as dificuldades impostas

para a certificação de sua propriedade, a qual inicialmente já havia recebido a certificação e não pode utilizá-la devido a demora de sua emissão, pois a CONAB, aceita o recebimento da certificação no início do Projeto, posteriormente não é aceita a certificação com o projeto em andamento e, quando buscaram a certificadora para novamente serem reconhecidos com produtores agroecológicos, vários empecilhos se apresentaram, sendo o principal, o alto custo para a realização da certificação.

Além da disposição e resistência dos agricultores que produzem agroecológico, é necessário o envolvimento e comprometimento do poder público para que ela seja prioridade na produção agrícola, pois os benefícios que ela traz são inúmeros a saúde e ao meio ambiente.

Além dessa, outras dificuldades foram elencadas pelos agricultores familiares, como podemos observar:

“As estradas tão muito difícil, ta difícil de sair e do pessoal vir aqui buscar os produtos que a gente faz, as verduras também, com essa chuvarada. Como estamos entregando para os dois projetos, precisamos de mais espaço, é pequeno aqui, temos que comprar mais formas, mais fornos, quando sai o pagamento, compramos os ingredientes, temo uma caixinha onde fica um pouco de dinheiro, pois as vez quebra alguma coisa daí temos dinheiro para arrumar e o que sobrou é dividido entre as mulheres que trabalham aqui” (ENTREVISTADO 1).

“Dificuldades temos, a gente começou do nada, ate engrenar as coisas , falta bastante coisas, a distancia, o carro quebra, a **estrada ruim,o problema maior é a estrada, na verdade, falta que venha gente capacitada na propriedade da gente, passar informação para a gente melhorar a produção. Assistência técnica, tem as vez, mas não é sempre , assistência técnica seria bom** Hoje em dia eu entrego para o PAA, e quem pega os produtos é os piá do SESC, e para o PNAE, E tenho produto mais falta outro jeito de nós entregar para outro lugar, mas com essa estrada ruim não tenho como vender para outro lugar. Inácio não tem a onde colocar , o município é pequeno, e tem outras partes que entregam ali , ai tem que ir para Guarapuava , é mais longe, mas é onde nos podemos entregar” (ENTREVISTADO 3 grifo nosso).

Elemento importante, apresentado pelos entrevistados, é o acesso a estradas para escoamento dos produtos, este é um requisito básico para quem mora em áreas rurais. Há um descaso total, falta de manutenção das estradas por parte do poder público e, também, foi mencionado a falta de assistência técnica para auxiliar na produção e na busca de mais mercados consumidores. Desta maneira, a agricultura familiar vem se tornando responsável não apenas pela produção de alimentos para o consumo, mas, também, responsável para que a garantia ao acesso à alimentação a toda a população brasileira, em qualidade e quantidade suficientes e atenta para as forma de produção que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (CONSEA, 2009), sejam efetivados, através de suas reivindicações, como o acesso a boas estradas, assistência técnica e expansão dos mercados de comercialização.

4. Considerações finais

Como se viu no decorrer das reflexões deste trabalho, de acordo com a Constituição Federal de 1988, o Estado tem o dever de garantir um padrão mínimo de vida à população, incluindo assistência a saúde, alimentação, escola, habitação e saneamento básico.

Com a redemocratização do país houve ampliação dos direitos sociais e, assim, a SAN adentrou na agenda do Estado fazendo com que novas experiências fossem surgindo, tendo como meta a consolidação do Direito Humano a Alimentação Adequada.

Assim, ter segurança alimentar significa não só que a população tenha o que comer, mas também que o

acesso seja em quantidade e qualidade correspondentes a sua necessidade alimentar. Com a aprovação, em 2006, da Lei Orgânica de Segurança Alimentar, várias iniciativas são tomadas no âmbito da sociedade civil visando o acesso e o incentivo a produção de alimentos através da agricultura familiar rural. Uma forma de intensificar a SAN foi aprovação do PAA, o qual foi regulamentado em 2008 e prevê a compra governamental de produtos dos agricultores familiares para abastecer comunidades/populações em situação de insegurança alimentar (CONSEA, 2009), propiciando, desta forma, garantia de venda dos produtos advindos da agricultura familiar e, também, contribuindo para a permanência das famílias no campo.

Com a busca efetivação desta política os produtores rurais do Município de Guarapuava, especificamente na Comunidade do Assentamento do Guará desde o ano de 2009 vem desenvolvendo a execução de projetos do PAA, o qual inicialmente contou com o apoio do poder público municipal e que posteriormente conseguiu articular-se realizando a aquisição de veículo para realizar as entregas. Porém atualmente com a desmobilização do PAA, ocorrida em 2013, alguns agricultores estão entregando somente para o Programa Nacional de Alimentação Escolar(PNAE), desta forma não encontram-se inseridos em projetos do PAA.

Apesar da importância do Programa de Aquisição de Alimentos, vários elementos apresentados pelos produtores rurais durante a pesquisa, necessitam de implementação para a efetivação desta política, tais como o maior incentivo a produção com apoio técnico, desburocratização do PAA, outros mercados consumidores para escoamento da produção excedente, manutenção e conservação das estradas, alto custo para a certificação de produtor agroecológico e questões relacionadas ao pagamento pela produção entregue, a qual, devido à burocracia na prestação de contas ocasionava atrasos. Estas questões revelam fragilidade nesta política e a necessidade de buscar novos canais de avaliação e implementação. Contudo, o PAA na concepção dos agricultores era uma fonte segura de comercialização dos produtos, visto que a tabela de preços é fixa, não ocorrendo oscilação de preços de mercado, representando uma estratégia de fortalecimento da agricultura familiar, incentivando a permanência da família no campo e contribuindo para o acesso as populações mais vulneráveis a uma alimentação adequada e em quantidade suficiente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, 15 de setembro 2006. CONSEA, Brasília, novembro 2009. Disponível em :https://fao.org/download/Seguranca_Alimentar_Portugues.pdf Acessado em 16/08/2015.

IBGE, Coordenação de Agropecuária. Indicadores Agropecuários, 1996-2006. Rio de Janeiro: IBGE,2006 (Estudos e Pesquisas. Informação Econômica, n.3)

CONSEA, Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional . Subsídios para a construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Documento elaborado pela comissão permanente 3. Brasília 2009. Disponível em [WWW.consea.gov.br](http://www.consea.gov.br) acesso em 15/08/2015

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Brasília 2009. Disponível em www.mds.gov.br

CONFERÊNCIA DE ALTO NÍVEL SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR MUNDIAL - FAO, 2008, Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/foodclimat>

MALUFF, Renato S, MENEZES, Francisco Artigo publicado no Vol. IV / 1996 da **Revista Cadernos de Debate**, uma publicação do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da UNICAMP, páginas 66-88.

MALUFF, Renato S. **Segurança Alimentar e Nutricional**, 2 edição ; Petrópolis, RJ: Vozes 2009.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 25. ed. Revista e atualizada. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MONTEIRO, Carlos Augusto. **O novo cenário da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil: implicações para políticas públicas**. Anais do Seminário Nacional Mesa Brasil Sesc ; 1º Ed, Rio de Janeiro, 2010.

PORTO, Silvio Isopo. **Impactos do Programa de Aquisição de Alimentos no Campo produtivo e social**. Anais do Seminário Nacional Mesa Brasil Sesc ; 1º Ed, Rio de Janeiro, 2010

ROCHA, Marlene(Organizadora). Segurança Alimentar: um desafio para acabar com a fome no Brasil. In: NÉRI, Marcelo . O programa Fome Zero e a Política Social. P.31-41 1 Ed. São Paulo; Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VALENTE, Flávio L (Organizador).:Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil. In: MALUFF, Renato S, MENEZES, Francisco Artigo publicado no Vol. IV / 1996 da **Revista Cadernos de Debate**, uma publicação do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da UNICAMP, páginas 66-88.

VALENTE, F.L.S. **Direito Humano a Alimentação**: desafios e conquistas. São Paulo,; Cortez, 2002.